

**Agência Estado – 13/10/2015**

**Pressa Reduzirá Disputa em Leilão de Usinas com Concessões Encerradas, Alerta Acende Brasil**

São Paulo, 13/10/2015 - A preocupação do governo em realizar o quanto antes o leilão de 29 hidrelétricas e, com isso, captar R\$ 11 bilhões ainda este ano, deve contribuir para uma menor disputa pelos ativos. O alerta, feito pelo presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, evidencia a possibilidade de a administração federal licitar usinas consideradas atrativas por valores aquém dos possíveis, uma situação que resultaria justamente na destinação de menos recursos para os cofres federais. O leilão, previsto inicialmente para o dia 30 de outubro e postergado para 6 de novembro, representa uma nova modelagem de licitações no Brasil, a partir da qual o pagamento de outorga se sobrepõe à modicidade tarifária.

"São grandes usinas hidrelétricas, sem risco de construção, ativos que atrairiam investidores do mundo inteiro. Mas o edital foi divulgado a menos de 30 dias da realização do leilão, o que faz com que vários potenciais interessados deixem de considerar a possibilidade. Teremos uma disputa muitíssimo menor do que poderia ser", afirmou Sales, em entrevista ao Broadcast. O edital foi aprovado na última quarta-feira, dia 7.

O leilão visa licitar 6 mil MW de geração de energia oriunda de usinas que compunham, principalmente, o portfólio das estatais estaduais Cemig (MG), Cesp (SP) e Copel (PR). Por isso, essas empresas são apontadas como candidatas naturais na disputa. O problema a ser superado é o custo associado ao certame. O governo federal almeja captar R\$ 17 bilhões com o leilão, dos quais R\$ 11 bilhões a serem pagos na assinatura dos contratos, prevista para o dia 14 de dezembro. Os R\$ 6 bilhões restantes devem ser quitados em até seis meses a partir da data de assinatura dos contratos.

Levantar tais recursos, contudo, não deve ser uma tarefa fácil. Ao contrário de leilões de novos projetos, os geradores não contarão com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os bancos comerciais também podem apresentar certa resistência, em função da crescente exposição ao risco do setor elétrico, agravada pelo empréstimo de R\$ 21,2 bilhões feito às distribuidoras de energia entre 2014 e o primeiro semestre deste ano.

A situação das próprias companhias também não é confortável. Empresas que atuam no segmento de distribuição enfrentam o impacto provocado pela queda do consumo de energia. Há também o grupo de empresas que enfrentam um período de aumento do endividamento, casos da Light e da Cemig.

O ritmo do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e o turbulento cenário político, além da perda do grau de investimento brasileiro por parte da Standard & Poor's (S&P) em setembro, também contribuem para um ambiente mais difícil de captação de recursos.

### **Modicidade tarifária**

A possibilidade de o governo obter resultado baixo com o leilão do dia 6 aumenta as críticas em relação ao perfil do certame. Ao contrário do imaginado inicialmente, quando se esperava a oferta da energia por aproximadamente R\$ 30 por megawatt-hora (MWh), o leilão partirá do preço máximo de R\$ 126,50/MWh estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "É uma prova cabal de que o governo 'rasgou' o princípio da modicidade tarifária", afirma Sales, em referência ao termo cunhado para explicar a prioridade dada anteriormente pelo governo à tarifa mais baixa possível.

O presidente do Instituto Acende Brasil também critica o caráter apressado do leilão que reunirá as 29 usinas cujas concessões venceram nos últimos meses. A licitação de tais ativos estava prevista desde 2012, quando o governo elaborou a polêmica Medida Provisória (MP) 579 que determinou novas diretrizes para o processo de renovação de concessões. "Costumo dizer que é como se eu tivesse sido surpreendido com o Natal no dia 25 de dezembro."

## Liquidação

Não fossem os problemas já existentes, o leilão ainda pode ser influenciado negativamente pelo desenrolar de dois temas em destaque nesta semana. O primeiro é a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia realizadas no mercado de curto prazo durante os meses de julho e agosto. Um novo adiamento da liquidação, considerado cada vez mais provável, seria uma sinalização preocupante para os empreendedores.

O segundo risco está associado à dificuldade enfrentada pelo governo federal em definir uma proposta que atraia os geradores a um novo modelo de repactuação do risco hidrológico (GSF). Enquanto tal acordo não for alcançado, o processo de judicialização pelo qual passa o setor deve permanecer e inviabilizar liquidações no mercado de curto prazo. Aos investidores, seria mais um estímulo à sensação de insegurança aos investidores.

Apesar de tantos entraves, **Sales** acredita que o governo federal somente adiará novamente o leilão se não conseguir viabilizá-lo. "O objetivo é gerar recursos para ajudar no superávit (primário)", comenta o presidente do **Instituto Acende Brasil**. E, para que os cofres da União recebam os R\$ 11 bilhões previstos neste ano, é considerado fundamental o cumprimento do atual cronograma.

Em entrevista concedida no início deste mês, o ministro de Minas e Energia Eduardo Braga descartou a possibilidade de uma nova data. "Temos conversado com investidores privados nacionais e estrangeiros e temos grande nível de expectativas para o leilão", afirmou. "Está mantido, a não ser que haja impedimento jurídico, mas não acredito que teremos qualquer problema", complementou Braga.

(André Magnabosco - [andre.magnabosco@estadao.com](mailto:andre.magnabosco@estadao.com))